

## Mapas pra quê?

**Jorge Bassani**  
(*Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP*)

### O que é um mapa?

A pergunta é aparentemente simples a qualquer um, independentemente do nível sociocultural e do acesso à informação erudita, mesmo a uma criança, principalmente as crianças. A grande maioria delas, em algum momento, brinca com mapas. Possivelmente a resposta de uma criança à pergunta é próxima a “um desenho que mostra lugares”, um local para se chegar a partir de outro onde se está, ou o lugar em que a peça de tabuleiro deve estar, ou onde foi escondido um tesouro. Ou seja, em nada difere das sínteses de especialistas: *uma representação do território*.

Cartografía: representación del espacio terrestre esférico, básicamente reducido (proyectado) en las dos dimensiones del plano euclidiano. El mapa es, así, la concretización de un espacio geográfico en forma simbólica. Tiene también unas funciones sociales, como imagen (o modelo) del mundo y como instrumento para su apropiación y gestión. Históricamente la cartografía se desarrolla para las representaciones de espacios resultados de procesos de territorialización, como los territorios nacionales. (TORRICELLI, 2019, p. 13)

Cartografia é a produção de *cartas*, não por crianças, mas por toda espécie de sujeito social investido das mais diversas funções sociais, sempre com alguma finalidade, com objetivos. Mapa e carta se equivalem em significado, prefiro o termo *mapa*, não por questões técnicas ou objetivas, pelo contrário, unicamente por questão subjetiva, por considerar que *mapa* constrói subjetividades muito distintas. Enquanto carta, em sua origem nas cartas de navegação, ou cartas marítimas, nos remete à precisão e à formulação demasiada técnica e objetiva, mapa abre flancos de interpretação em outras dimensões, a do imaginário, do especulativo, do poético, do criativo e do subjetivo na escala da personalidade ou identidade. Principalmente porque “a representação cartográfica é baseada em convenção e esta convenção é raramente vista”<sup>39</sup>, ou seja, produzida e

<sup>39</sup> Christian Jacob também mostrou a necessidade de estudar as articulações do sistema de signos coerentes que é o mapa. Isso o incentiva a ler o mapa como uma imagem e a se questionar sobre a relação entre gráfico e texto. Quanto a Patrick Gautier Dalché, ele lembra que “a representação cartográfica é baseada em convenção e que esta convenção é raramente vista”. Está aí o que está em jogo: para saber ler um mapa, ainda é preciso ter aprendido para decifrar as convenções que o fundamentam. A apreensão do território por um cartão é, portanto, um fato social. Por trás dessa análise surge a questão central para o significado: como garantir a relação entre uma representação, sua percepção de um leitor e sua inserção no mundo social? (BINOIS et al., 2016, p. 18)

acessível unicamente pelos que conhecem as convenções que fundamentam a *carta*. Podemos pensar em “representações mapográficas” produzidas e acessíveis a qualquer um que conviva com determinado território.

Qualquer representação, de qualquer natureza, é sempre uma seleção do que e como pode ser visível e do que deve permanecer na invisibilidade. Ou seja, seguindo a concepção de Jacques Rancière<sup>40</sup>, podemos afirmar que toda e qualquer representação é um continente político. O mapa, talvez mais do que qualquer outra representação, é fundamentalmente um instrumento e um discurso político e seus respectivos enunciados ideológicos, pois está sempre relacionado ao poder sobre o território, “para conquistar é preciso conhecer”, como sempre se fala em relação às campanhas militares de conquista territorial. Assim, mapa, também é uma *máquina de guerra*, ou um *aparelho de Estado*<sup>41</sup>.

Los mapas son representaciones ideológicas. La confección de mapas es uno de los principales instrumentos que el poder dominante ha utilizado históricamente para la apropiación utilitaria de los territorios. Este modo de operar supone no sólo una forma de ordenamiento territorial sino también la demarcación de nuevas fronteras para señalar los ocupamientos y planificar las estrategias de invasión, saqueo y apropiación de los bienes comunes. (ICONOCLASISTAS, 2013, p. 5)

O *Iconoclasistas* é um coletivo argentino formado em 2008 que ficou muito conhecido pelos mapas realizados com diversas comunidades da América do Sul direcionados a “*generar instancias de intercambio colectivo para la elaboración de narraciones y representaciones que disputen e impugnen aquellas instaladas desde diversas instancias hegemónicas*” (ICONOCLASISTAS, 2013, p. 5). Contudo, a *cartografía crítica* proposta pelo *Iconoclasistas*, assim como por diversos outros coletivos e associações comunitárias pelo mundo todo, vai além de promover discursos em oposição aos hegemônicos. Não só produzem contradiscursos reativos aos poderes instituídos, mas principalmente são em si instrumentos de territorialização, antes e mais profundamente que reativos, são ativos na produção e visibilização do *comum* (RANCIÈRE, 2009). Certamente constituem contradiscursos amparados por outras ideologias, porém na dimensão do extraterritório e da desterritorialização; no intraterritório, ou na reterritorialização, eles constituem práticas

<sup>40</sup> “A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo.” (RANCIÈRE, 2009, p. 17)

<sup>41</sup> Na Geo-filosofia de Deleuze e Guattari (2010, p. 113), máquina de guerra e aparelho de Estado são os mecanismos de controle e repressão contra os agenciamentos de emancipação e territorialização das máquinas desejanças por transformações políticas e sociais.

de partilha, dificilmente capturadas por ideologias, pois são práticas em permanente mutação.

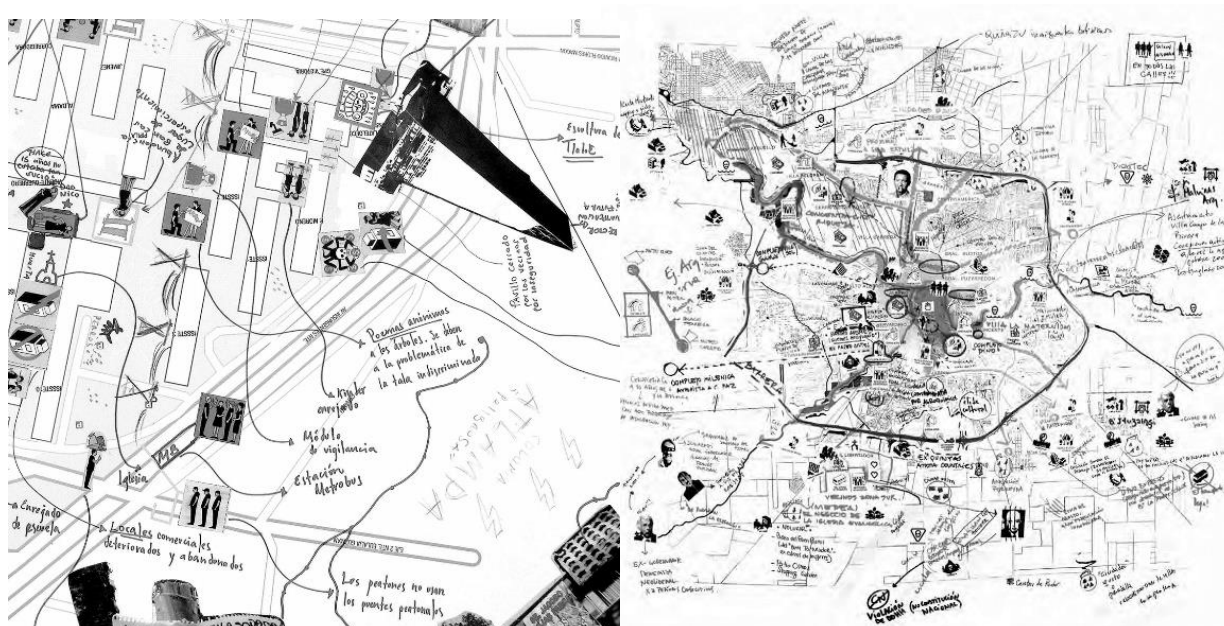


Figura 1 - Iconoclastas, Mapas coletivos. Fonte: Manual de Mapeo, 2013.

Portanto, o mapa aqui colocado no horizonte alinha-se a três condições fundamentais:

- 1) é um processo, uma construção coletiva contínua, mais do que um resultado final, configura-se na ação e na experiência coletiva de *partilhas*;
- 2) nos dias de hoje existem mapas aos montes nos mais diversos suportes, especialmente os digitais, porém os mapas que nos interessam são todos aqueles que tornam visíveis coisas, lugares, acontecimentos e pessoas que não aparecem na infinidade de mapas sob controle das grandes corporações, mapas que deem visibilidade ao comum e especial de cada território;
- 3) o território é o primeiro agenciamento, a primeira coisa que faz agenciamento, o agenciamento é antes territorial (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p. 120), mapas construídos como *agenciamento territorial*, ontológicos ao território, o que significa que se constituem em expressão do próprio, porém sempre na condição de processo ativo, de *devenir* território, muito além do discurso meramente reativo, uma operação com os códigos próprios, os mesmos que *produzem o território* (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p. 120), não por questão objetiva de legibilidade, mas sim pelo subjetivado na *visibilidade do comum* (RANCIÈRE, 2009).

## Para que serve um mapa?

Praticamente impossível descrever para que serve um mapa ou uma ampla cartografia sem cair no óbvio: serve para tudo, pelo menos para tudo abrigado no que chamamos de civilização, inclusive a própria, que não existiria como a conhecemos sem os mapas, ela foi construída e se expandiu por meio de mapas de diversas modalidades e escalas. Como já foi dito, mapa é um instrumento (o meio) e um discurso (o fato) do poder, cuja ilustração extrema são os mapas bélicos que compõem o maquinário de guerra com a finalidade de domínio físico sobre territórios. No entanto, as condições em que se define o poder são bastante líquidas; se por um lado se estabelece pelo domínio e controle, por outro, institui-se também a partir da resistência e insurgência. Nos dois lados, o mapa é estratégico para se posicionar no tempo e no espaço dos embates. Como também o mapa é o próprio território, além de sua representação, na medida em que estipula os limites e o extravasamento dos domínios e sua visibilidade. Portanto, é melhor restringir o pragmatismo dos mapas para se afastar da generalização e focar no específico, ou seja, refazer a pergunta: para que servem os mapas aqui colocados no horizonte?

Direcionada ao foco específico, a resposta se divide em duas vias, as duas que substanciam este texto, uma direcionada à formação e pesquisa acadêmicas, outra voltada à formação do cidadão politizado e participativo nos destinos de seu território e de sua cidade. Antes de abordar essas duas vias é importante ficar claro que, ao restringir o pragmatismo para evitar a visão genérica, amplia-se seu caráter simbólico, semântico e sintático. O mapa, em qualquer acepção ou materialidade, é sempre linguagem, ou seja, em dimensões variáveis e fluidas, ele se faz de enunciados, signos e códigos definidos a partir das relações significado/significante, como qualquer linguagem materializada, composto de forma e conteúdo. Essa advertência é importante na medida em que coloca os limites e, mais ainda, a superação das limitações, para pensar a questão.

Responder implica encerrar uma questão, é inativá-la. Toda resposta é parcial e temporária, proponho colocar uma reflexão amparada na narrativa de um processo, de um ato contínuo, que aponte para *dever-respostas* para a formação universitária a partir da construção de mapas tal qual foi circunstanciado anteriormente.

Todo estudante brasileiro passa a vida escolar vendo e tentando decifrar mapas, seja nas aulas de Geografia, História ou muitas outras, são os mapas ditos “oficiais”, que registram e espacializam o que chamamos de “história dos vencedores”, reforçam o conhecimento objetivo e seletivo, reafirmam as ideologias dominantes. Ao ingressar na universidade, no ambiente de formação profissional, política e cidadã, muitos estudantes continuam utilizando mapas como ferramenta de compreensão e análise da realidade para

diversas carreiras profissionais, não só a Geografia e o Urbanismo, mas também áreas da Economia e mesmo da Psicologia, os diagramas ou os “mapas mentais”. No entanto, apesar da diversidade de mapas, o conhecimento objetivo, como qualificado pelo ensino profissional formal, impõe a circunscrição disciplinar.

Contudo, desde pelo menos a virada de século, o pensamento transdisciplinar impulsionado pela crescente complexidade das configurações contemporâneas, e pela revolução tecnológica, abriu um grande campo para “outros” mapas em expansão disciplinar com o objetivo tanto de atravessar essa complexidade como também de especializar outras dimensões da vida social, aquelas ignoradas pelo conhecimento produtivista e operativo moderno. O mapa como ferramenta analítica foi incorporado por grande número de professores e laboratórios de pesquisa nas universidades brasileiras.

A partir de um lugar próprio, a formação em Arquitetura e Urbanismo, e, nesse âmbito, com um enquadramento específico, porém muito abrangente no que diz respeito aos diálogos interdisciplinares, os *estudos territoriais*, foi formado em 2010 o *Grupo de Estudos Mapografias Urbanas* (GeMAP), focado nos assentamentos humanos e sua territorialização no urbano. A cidade e o planejamento urbano recentes colocaram explicitamente a necessidade da dimensão do sujeito relativa à produção de subjetividades em seu rol de saberes, quer seja nas políticas preservacionistas, quer seja nos “planos participativos”. O GeMAP propôs o estudo de mapas, amparado nas novas tecnologias e no alargamento conceitual, com o objetivo de confrontar a complexidade física, social e cultural da qual o mapa disciplinar e disciplinador, recortado nas camadas informativas, não dá conta. Ou seja, o estudo sistemático das possibilidades do mapa como conjunto de ferramentas para a compreensão e análise das novas condições urbanas.



Figura 2 - GeMAP, Mapas das áreas livres e públicas da região do Pque. D. Pedro II, São Paulo, 2011.

Nos três anos após a formação do GeMAP com esse objetivo primeiro, foram realizados trabalhos extensivos de pesquisas sobre mapas, leitura e discussão de teoria multidisciplinar e organização de palestras com professores e profissionais de diferentes áreas que operam com mapas, desde os mais técnicos até os direcionados às artes e à política. Um escopo bastante amplo que nos dava a impressão de abarcar os múltiplos modos de fazer e utilizar mapas. No entanto, após esse período, percebemos que algo nos escapava, pois era um trabalho laboratorial que encerrava o conhecimento na pesquisa acadêmica, estávamos debruçados sobre a representação do território, e não sobre o território enquanto mapa e visibilidade do comum territorializado. A conclusão foi que, para realmente realizar *estudos territoriais*, compreender as dinâmicas dos territórios e, mais do que representá-lo, torná-lo massa crítica e conhecimento para o estudante de terceiro grau, deveríamos partir da vivência territorial, ou seja, estudá-lo a partir dos sujeitos do território, nos territorializarmos enquanto grupo de estudos.

Assim, o Grupo passou a se dedicar intensamente aos mapas construídos em diálogo com esse sujeito coletivo, os habitantes do território de estudo. O formato mais apropriado a esses estudos foi a Extensão Universitária<sup>42</sup>, em 2013 foi criado o projeto *Mapografias de São Paulo - Construção de mapas por estudantes do ensino médio da rede pública*, desde então ativo e aplicado em comunidades de diferentes bairros da cidade, iniciando pelo Colégio São Paulo, no Parque Dom Pedro II, Centro.

---

<sup>42</sup> A Universidade brasileira atua na sociedade em três níveis: ensino, pesquisa e extensão. Esta última abrange toda atividade dirigida à população externa à instituição, de participação em palestra à assessoria técnica em projetos comunitários. O GeMAP participa de uma rede independente de professores de universidades pública que a entendem de forma muito específica, atuação em projetos construídos em diálogo com a comunidade, diferente da transferência de conhecimento sistematizado e embalado, construir conhecimento pela troca. Vide: D'OTTAVIANO, ROVATI, 2019.



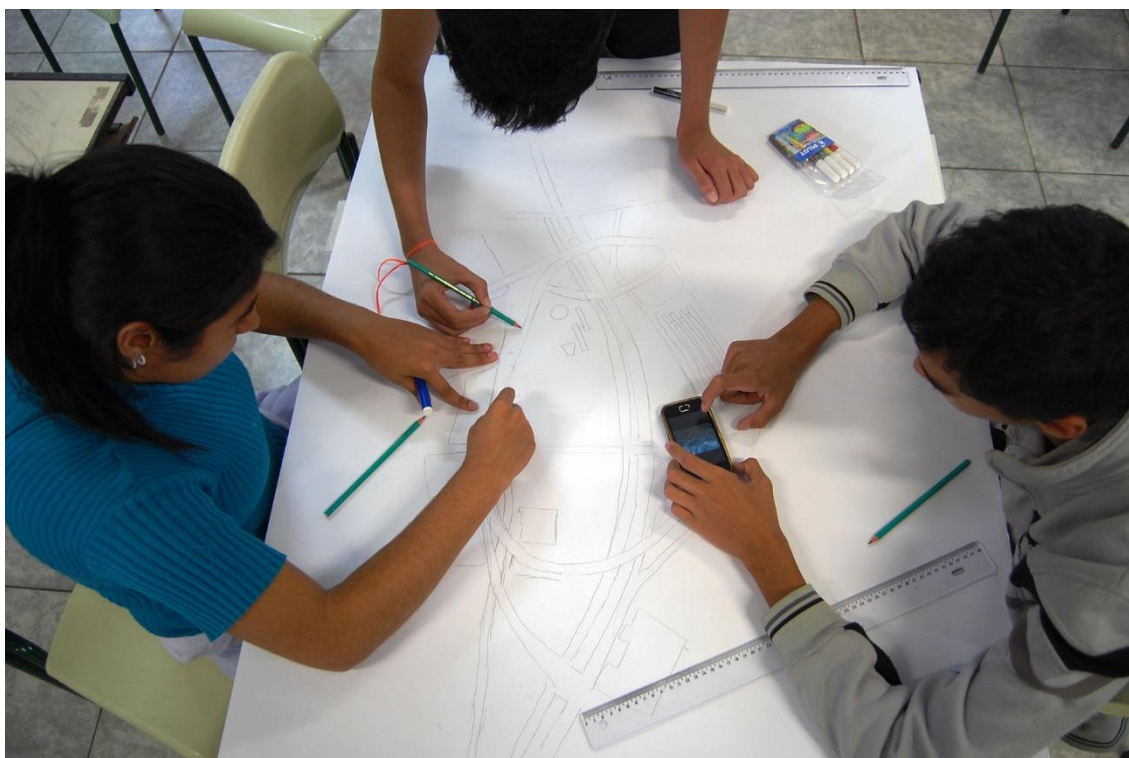


Figura 3 - Primeira edição do projeto Mapografias de São Paulo, Colégio São Paulo, Pque. Dom Pedro II, 2013.

A experiência com o projeto de EU redimensionou o GeMAP em vários aspectos, o primeiro deles o mais básico e imediato, evidente a partir de sua primeira edição, a potencialização dos estudos sobre os territórios que a passagem da representação para a vivência nos ofereceu. Essa potencialização diz respeito não só à intensidade do trabalho em campo e em conjunto com a comunidade, mas também ao aprofundamento do olhar crítico das condições de vida na cidade e do próprio papel do mapa como instrumento da análise crítica, pois os mapas produzidos coletivamente apontavam para a problematização e reflexão simultaneamente. Outra mudança, e mais radical, que a experiência trouxe para o grupo de estudo foi seu posicionamento como corpo social, também territorializado (na Universidade), mas em condições de se reterritorializar pelas trocas de saberes como construção do conhecimento.





Figura 4 - Projeto de extensão Mapografias de São Paulo no Jardim Lapenna, São Miguel Paulista, extremo Leste da cidade de São Paulo, 2015.

Essa mudança foi gradual, precisamos aprender com a prática, e aprendemos especialmente com as trocas com a comunidade, de tal forma que desde 2017 o GeMAP fincou bases no território da Ilha do Bororé<sup>43</sup>, em vez de a cada ano mudar de bairro. Essa fixação nos trouxe uma aproximação, intimidade e afetação com os sujeitos e com o território muito maior por ter sido construída e consolidada ao longo do tempo. O projeto de EU não mais nos pertence em autoria, desde o segundo ano na Ilha, tornou-se um projeto em colaboração com as pessoas de lá, com a escola, os *coletivos*, os habitantes<sup>44</sup>. O principal ensinamento que a EU nos trouxe foi que não basta um bom projeto, nem mesmo boas intenções, para a realização de um trabalho comum entre universidade e comunidade, é necessária a partilha, e para tanto não basta querer, tem de ser querido também.

A segunda via para reflexão sobre para que servem os mapas distinguidos aqui, coletivos e produzidos pela troca de saberes, deve ter como foco o outro lado da partilha na construção dos mapas, os sujeitos territorializados, o cidadão comum habitante de um território *comum*.

Para que essa narrativa tenha aderência aos objetivos deste artigo, é fundamental circunstanciá-la em um trabalho de EU e, principalmente, a compreensão de que ele é uma

<sup>43</sup> Ilha do Bororé é uma península debruçada sobre a Represa Billings no subdistrito do Grajaú, extremo sul da cidade de São Paulo, faz parte da Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia.

<sup>44</sup> O Bororé tem um longo histórico de atuação da comunidade na conservação e nas problemáticas que envolve sua condição ambiental e cultural. A única escola de ensino médio no bairro, E. E. Prof. Adrião Bernardes mantém um projeto de “escola aberta” e fomenta a participação e propostas de coletivos autônomos do território em ações com os estudantes, especialmente as voltadas à educação ambiental.

parceria (BASSANI, D'OTTAVIANO, 2019) e continuado no tempo. A parceria compreende, além de uma realização operacional dividida, a partilha de saberes, portanto, não existe um único sentido de>para, ela é sempre de duplo sentido, isso é importante para desconstruir a ideia da EU levando conhecimento e assistência para populações precarizadas. Pensamos exatamente o contrário, primeiro, não são precárias se consideramos o acúmulo de conhecimento e práticas culturais e de *habitus* comunais, tampouco passivas e reféns desse sentido único. São sujeitos ativos, e só nessa condição podemos considerar os desenvolvimentos de mapas (ou qualquer outra ação política e cultural) compartilhados em produção e difusão. Se não fosse assim estaríamos unicamente reproduzindo a lógica do poder lançando enunciados (do conhecimento universitário) nos territórios independentemente dos desejos e porosidade de seus moradores.

A chamada “formação cidadã”<sup>45</sup> não compete à escola ou à universidade de maneira exclusiva, ou a qualquer outra instituição, incluindo a família; possivelmente, na maioria das vezes, as instituições tenham um papel coadjuvante nessa formação. Ela constitui-se num processo complexo de subjetivação, de formação do sujeito, um ente em permanente mutação.

Tais mutações da subjetividade não funcionam apenas no registro das ideologias, mas no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o mundo, de se articular como tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas. E se isso é verdade, não é utopia considerar que uma revolução, uma mudança social a nível macropolítico, macrossocial, diz respeito também à questão da produção da subjetividade, o que devera ser levado em conta pelos movimentos de emancipação. (GUATTARI, 1996, p. 26)

Nessa construção de subjetividade que pode conduzir o indivíduo, mesmo antes da emancipação, à participação ativa e construtiva no corpo social, as relações com as coisas e pessoas do cotidiano territorializado são mais incisivas para a formação do cidadão. As instituições, especialmente as escolares, alcançam níveis mais ou menos profundos na construção de subjetividades na medida em que se territorializam e propõem métodos dialógicos (na acepção de Paulo Freire<sup>46</sup>) com esse cotidiano. As formas de sociabilização, o trabalho, morar, acesso a equipamentos públicos, os meios de transporte e todo o resto

<sup>45</sup> De acordo com Maria da Glória Gohn, “a educação não-formal está muito associada à ideia de cultura”, e se constitui um campo de formação para a cidadania, pois busca educar para a justiça social, para os direitos humanos, sociais, políticos e culturais, dentre outros (GOHN, 2009, p. 32).

<sup>46</sup> Dialogismo é um conceito do linguista russo Mikhail Bakhtin que Paulo Freire reinventou nas práticas do ensino no Brasil, nestas consiste fundamentalmente na superação da relação professor-aluno por outro tipo de comunicação na qual os dois polos do diálogo são transformados pela experiência pedagógica.

da vida cotidiana compõem um complexo de máquinas de subjetivação muito mais potentes que uma formação escolar ensimesmada.

A construção de mapas coletivos se oferece como prática formativa do cidadão, no sentido estrito – o sujeito que atua com autonomia participativa nas decisões de sua comunidade e sua cidade nas dimensões política, cultural e física. A utilização do mapa como instrumento com tal finalidade pode ser sustentada e mesmo justificada por uma extensa lista, vou me ater unicamente a dois de seus tópicos: o primeiro, e mais explícito, o conhecimento do território e de se pertencerem mutuamente sujeito e território; o segundo, mais fluido e derivável em muitas outras questões, a construção de mapas coletivos como *partilha do sensível* (RANCIÈRE, 2009), ou seja, a ação no âmbito da cultura local e sua fricção com a massificação e controle cultural, a ação que opera no sensível, nas dimensões ética, estética e política.



Figura 5 - Estudante da E. E. Adrião Bernardes na Ilha do Bororé trabalhando com mapa, 2017. Fonte: Acervo GeMAP.

Sobre o primeiro, o mapa serve não para o conhecimento descritivo do território e dos movimentos do sujeito por ele, isso é intrínseco à vida no bairro e diariamente naturalizado pelas máquinas de subjetivação, refiro-me ao conhecimento que produz representações, narrativas e desejo pela transformação. Na primeira condição, a descritiva, não há produção de conhecimento porque resulta de ações de autômatos, os *decalques*, para usar o termo de Deleuze e Guattari (1997). A construção de mapas num ambiente compartilhado produz conhecimento do território por ser realizado a partir das experiências com os outros, da visão que necessariamente atravessa as camadas das coisas, pessoas e do solo, pois exige a seleção, e a apropriação, do que existe de mais *comum* à existência de todos naquele pedaço

de terra urbana, o entendimento de, como diz Guattari, se *articular como tecido urbano*, o próprio indivíduo se entender como *tecido urbano*. O mapa, sua construção fora das convenções cartográficas cifradas, implica necessariamente manipulação do território, seu reconhecimento tátil.

Fazer o mapa, não o decalque. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consciência. [...] O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. (DELEUZE, GUATTARI, 1997, p. 23)

Em relação ao segundo tópico a ser relevado, a dimensão cultural do mapa, em que pese o caráter festivo e expressivo (cultural) instituído ao juntar um grupo misto de pessoas, umas naturais do território (moradores), outras externas a ele, mas que buscam se territorializar naquele momento por meio de partilha de sensibilidades com os locais para fazer mapas, desenhados, narrados, fotografados, gestualizados, não é esse o caráter cultural que deve ser salientado neste tópico, mas sim no que ele resulta além da materialidade do mapa. Um caminho para colocar e fundamentar a questão é a associação que Jacques Rancière faz entre estética e partilha do sensível:

Pelo termo de constituição estética deve-se entender aqui a partilha do sensível que dá forma à comunidade. Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição de quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas. (RANCIÈRE, 1995, p. 7)

Inicialmente destaco o significado duplo da partilha, *a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação*; o *comum* se dá pela comunhão das *singularidades* (como se refere à “parte exclusiva” Guattari em *Micropolítica*), os sujeitos em processo de subjetividades, próprias e coletivas simultaneamente. Nesse ponto encontra-se de forma definitiva a perspectiva *formativa do cidadão* no acontecimento cultural, revigorado por ter como objetivo olhar-ver e sentir-pensar o território (fazer seus mapas), *quadro comum da existência* (SANTOS, 1998, p. 15) e *primeiro agenciamento* (DELEUZE, GUATTARI, 1997b).



Porém, esse destaque é dirigido à dimensão política que a ação cultural confere à construção coletiva de mapas. Ela se apresenta em diversas camadas e, em diferentes processos, produz subjetividades. Apresenta-se antes de qualquer outra, no compartilhar sensibilidades, narrativas e expressões, coloca o indivíduo frente ao seu grupo, comunidade, visibiliza o *comum*. Em outras palavras, extrai o indivíduo da reação automática, da passividade de vítima dos enunciados externos a ele e seu lugar na cidade, e o conduz a de sujeito que constrói seu território. Também se apresenta, e de forma mais aguda, no desafio que é colocado, mapear o território, representá-lo e, mais, torná-lo sensível com recursos, códigos e linguagens próprios do território, e dele, sujeito, coloca a necessidade de distinção. Isso impõe posicionamento e senso crítico, logo, político.

A dimensão política aqui apontada está longe do comportamento reivindicatório ou partidário, refiro-me ao político como ação de tornar-se visível e ter voz para expressar a distinção (RANCIÈRE, 2009), política na sua gênese, educar para a pólis, produção de sujeitos ativos na construção de seus territórios nas cidades. Proponho, para pensar a questão, inverter os polos, não mais a ação cultural e festiva da produção de mapas constitui-se em produção de subjetividades para a emancipação política, mas sim que sujeitos politicamente emancipados estão aptos a transformar o ato banal de fazer mapas (materiais ou mentais) em um expressivo acontecimento cultural.



Figura 6 - Crianças do Bororé pintando um mapa na rua em atividade conduzida pelo coletivo Ecoativa, 2019. Fonte: Acervo GeMAP.



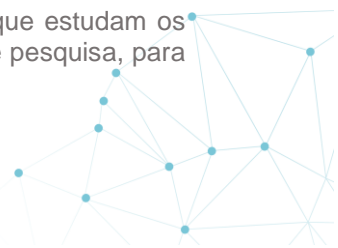
## Em extensão

Uma abordagem epistemológica do mapa no contexto da contemporaneidade contempla muitas portas de entrada, e não me refiro aos métodos e alinhamentos teóricos, mas como ele se configura objeto cognitivo de diferentes formas e conteúdos inseridos em contextos produtivos e de usabilidade (e políticos) diferentes. Grosso modo, podemos *perimetrizar* três grandes áreas, com inúmeras nuances entre si, de produção e uso de mapas: 1) a técnico-social, o grande desenvolvimento das tecnologias infocartográficas permite o estudo profundo e em tempo real dos territórios físicos e sociais, das migrações, assentamentos, dinâmicas do homem em seu meio ambiente, políticas públicas, problemáticas urbanas e rurais etc.; 2) os “devices”, a presença intensa e extensa dos mapas nos dispositivos eletrônicos diários, do “motoboy” no celular em trabalho precarizado de entrega de produtos para o consumo às estratégias comerciais das grandes corporações em sistemas informatizados; 3) a subjetiva, toda cartografia produzida comunitariamente, com variáveis usos das tecnologias e com diferentes vínculos com instituições de retenção, controle e reprodução do conhecimento científico, imersos em processos de subjetivação a partir do território.

Nos seus primeiros anos o GeMAP, apesar de todo o interesse do grupo pelos mapas como expressão cultural, estética e política, induzido pelo ambiente de formação em AU e pela formalização de “grupo de pesquisa”, circunstanciou-se na primeira área e desenvolveu pesquisas sobre as potencialidades dos mapas nos estudos urbanos e territoriais. Contudo, os desenvolvimentos técnicos e acadêmicos em proliferação nesses anos<sup>47</sup>, mas principalmente os acontecimentos políticos, sociais e culturais do mundo em torno da universidade fizeram com que o grupo, considerando a endogenia e certa friidez dessa primeira área para seus propósitos de estudos territoriais, reorientasse não seus objetivos, mas a contextualização de seu objeto de estudo. O GeMAP passou a se dedicar ao objeto de estudo circunscrito na área dos mapas em processos de subjetividade e muito

---

<sup>47</sup> Desde o início dos trabalhos do GeMAP em 2010, os desenvolvimentos das tecnologias e utilização de mapas foram enormes, na época não havia sequer os aplicativos de celular com GPS e hoje são absolutamente incorporados ao cotidiano mesmo das camadas da sociedade não exatamente classificadas como elite. Nas mesmas proporções, se reproduziram as pesquisas acadêmicas, não só que estudam os fenômenos decorrentes, mas principalmente a utilização desta tecnologia na metodologia de pesquisa, para citar um exemplo, os trabalhos etnográficos.



rapidamente compreendeu que, para operar nesses perímetros, não basta observar e analisar objetos nessa área, foi necessário que o grupo participasse dela, ou seja, se territorializasse no processo de construção do objeto. O que o levou, por questões de experimentação na produção de conhecimento, aos projetos de EU.

O projeto de extensão *Mapografias de São Paulo* foi pensado como construção de conhecimento em diálogo com um público específico, adolescentes estudantes de ensino médio de escolas públicas do município de São Paulo. A opção por esse interlocutor e sua condição sociocultural define amplamente a orientação do trabalho, desde as características típicas da idade e a porosidade aos processos de subjetivação, a ontológica abertura a experiências vivenciada nessa fase da vida, até sua fisicalidade cotidiana – andam a pé pelo território, agrupam-se naturalmente, desbravam o território pelo impulso da independência, não precisam dos pais para conduzi-los, ao mesmo tempo que ainda não foram tomados pela operacionalidade da vida adulta e seu circular funcional pela cidade. Entre os vários motivos para embasar essa opção, o vínculo escolar é fundamental em dois sentidos: um pela construção de sujeito fomentada no ensino formal, curricular e disciplinador; e, no outro extremo, pela dinâmica de sociabilização que o ambiente permite e também pelo trabalho qualificado que muitas escolas, com direção aberta e participativa, invariavelmente de forma heroica, têm produzido na cidade.

As atividades previstas para o projeto com esse público foram aquelas que se tornaram usuais em trabalhos desse tipo, que passaram a ser denominados como mapas “subjetivos” ou “afetivos”. Consistiam em localizar a residência e a escola, trajetos entre uma e outra, outros roteiros do cotidiano, para que, depois, a partir de passeios (ou *derivadas*) pelo território, indicassem e representassem os lugares onde se territorializavam e em que condições o faziam, as fricções entre os sujeitos e o território. Esse trabalho resultava em acontecimentos e, depois, em dados de estudo de significativa expressão, mas com um problema também significativo: a temporalidade e formalidade circunstanciadas em um trabalho de um ano.

O problema atinge os dois sujeitos coletivos que participavam do trabalho, em seus processos de subjetivação, o grupo de universitário e o de estudantes do bairro, não se formavam vínculos, lançavam-se alguns enunciados e até produção, mas não os desenvolviam em reflexão, ou melhor, em *partilhas do sensível*. O desenvolvimento do próprio trabalho deixou claro o problema, mas sua superação depende de condições do



diálogo com a comunidade, ou seja, das pulsações do território, em especial, como a escola, porta de entrada, está territorializada e como é entendida pela comunidade enquanto partícipe do *comum*. Por outro lado, diferentemente do trabalho em pesquisa que conta com métodos mais ou menos estáveis para seu desenvolvimento, a EU é muito dinâmica e sensível às reações do território. Ou seja, é um trabalho que depende de tempo e de maturação do diálogo.



Figura 7 - Estudantes entrevistam moradora para o projeto Bororé ao Mundo. Fonte: Bororé ao mundo<sup>48</sup>.

Na Ilha do Bororé o projeto encontrou condições de atingir outras camadas de territorialização, além dos primeiros enunciados, em certa medida, conseguiu constituir um *comum* a partir dos dois sujeitos coletivos, algo em permanente construção com a troca de saberes. Isso se deve a duas condições essenciais, uma física e qualitativa de qualquer ação: tempo e espaço. Nas primeiras edições permanecemos no território pelo tempo limitado de um ano e especializados na escola; no Bororé estamos há cinco anos e

<sup>48</sup> <https://bororeaomundo.wixsite.com/memorial>

especializados no território em sentido amplo. Essas condições físicas foram viáveis em função da segunda condição, a pulsação do território a partir de seus sujeitos.

Encontramos no Bororé um ambiente altamente propício para aprofundar o trabalho de extensão, a partir da E. E. *Adrião Bernardes*, uma rede estava formada com a participação de coletivos artísticos e ambientalistas locais e de coletivos de funcionários públicos da UBS e do Parque Municipal do Bororé. O projeto foi rapidamente tragado por essa rede e cooptado como possibilidade de trabalho *comum*. O trabalho que fazemos agora lá não é mais um projeto de extensão, é um projeto de formação de cidadãos criado e agenciado em comum com diversos sujeitos da comunidade e de fora dela. O mais importante a ser destacado é que essa parceria e partilha do sensível surgiu da compreensão da extensão universitária como troca de saberes a partir da inserção sobre e sob o território, com o GeMAP isso se deu por meio da construção de mapas coletivos com a comunidade e códigos do território. Para isso, também, sevem os mapas.

## Referências

BASSANI, Jorge (Org.). **PDP: Mapografias**. São Paulo: FAU-USP, 2012.

\_\_\_\_\_; D'OTTAVIANO, Camila. Extensão universitária e parceria. In: D'OTTAVIANO, C.; ROVATI, J. **Além dos muros da universidade: planejamento urbano e regional e extensão universitária**. São Paulo: FAUUSO / ANPUR, p. 47-62, 2019.

BINOIS, Grégoire (et al.). Cartes et usages des cartes - Pour une analyse historique de sources géographiques. **Hypothèses**, v. 19, p. 17-25, 2016.

D'OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. **Além dos muros da universidade: planejamento urbano e regional e extensão universitária**. São Paulo: FAUUSO / ANPUR, 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1997a.

\_\_\_\_\_; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997b.

\_\_\_\_\_; GUATTARI, Felix. **O que é filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 2010

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.



GOHN, M. G. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica** - Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

\_\_\_\_\_. **Política da escrita**. São Paulo: Ed. 34, 1995.

RISLER, Julia; ARES, Pablo (ICONOCLASISTAS). **Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território** – Globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1998.

TORRICELLI, Gian Paolo. El mapa, la ciudadanía y la participación. In: PESSOA COLOMBO, V.; BASSANI, J.; ARAÚJO, S. A. (Orgs.). **Mapeamento participativo: tecnologia e cidadania**. São Paulo: FAU-USP, p. 26-42, 2019.

## Websites

<https://bororeaomundo.wixsite.com/memorial>

<https://gemapfau.wixsite.com/fauusp>

<https://iconoclasistas.net/>

